**4CCHSADCSAPE04**

**CONSTRUINDO CAMINHOS SOCIEDUCATIVOS PARA A CIDADANIA NO PETI**

Laize Helena Alves da Silva(1); Amanda Nunes Pereira(2) ; Eliseuda Oliveira das Neves(2) ;Edilma da Silva Rodrigues(2); Lidiane de Oliveira da Silva (2) ;Efigênia Maria Dias Costa(3) ;Rita Cristiana Barbosa(3)

Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias/

Departamento de Ciências Sociais e aplicadas/ PROBEX

**Resumo**:O presente trabalho tem a intenção de apresentar algumas reflexões da experiência vivida no Projeto de Extensão “Construindo caminhos socioeducativos para a cidadania no PETI.” Este caracteriza-se por oferecer ações diretamente focalizadas no PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) do município de Bananeiras-PB. Visa, portanto, o desenvolvimento da educação, cidadania e inclusão social das crianças e adolescentes, a partir do investimento na capacitação dos/as professore/as, sua formação teórica e prática, relativas à importância da construção do sujeito emancipado. Como metodologia de trabalho, fazemos uso das aulas expositivas, realização de palestras, oficinas, dinâmicas de grupo e debates. Fundamentamos nosso estudo em autores como Baleeiro (1999), Dantas (1992), Garcia (2004), Dimenstein (2002), Freire (1996) e outros que contribuem com suas teorias para realização deste estudo. Os pilares de sustentação de nossa ação estão baseados no estudo, pesquisa e prática, que nos tem feito refletir sobre os resultados que estão sendo observados no dia a dia com a nossa presença na Instituição. Alguns avanços são visíveis: crianças e jovens bem mais informados, participativos e cientes da razão de sua existência na instituição, porque orientados e acolhidos enquanto sujeitos de direitos. Logo, percebe-se a importância de práticas educativas transformadoras, humanizantes e emancipatórias.

Palavras-chave: educação, cidadania, inclusão social.

**Notas Introdutórias**

O projeto de extensão “Construindo Caminhos Socioeducativos para a cidadania no PETI”, realizado no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) da cidade de Bananeiras, nasce de uma experiência vivida no estágio supervisionado em educação não-escolar, a qual evidenciou a necessidade urgente de capacitação dos/as professores/as no sentido de (re)conhecimento do seu papel/função social na instituição e principalmente na construção/formação do sujeito cidadão.

Apesar do PETI ter objetivo claro e definido: Contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no país, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho. O programa está inserido em um processo de resgate da cidadania e promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão de suas famílias, existe ainda uma lacuna quanto ao trabalho socioeducacional junto às crianças e adolescentes.

Então, esse projeto justifica-se antes de tudo por tentar aproximar a teoria da prática, particularmente, o uso do conhecimento científico a serviço de práticas sociais transformadoras, humanizantes e emancipatórias, uma vez que o quadro apresentado no PETI demonstra um trabalho de caráter muito mais assistencialista que socioeducativo. Na realidade são os resquícios de uma história de descaso face à infância deste país, sob a égide de políticas compensatórias, as instituições de atendimento às crianças e adolescentes de baixa renda no Brasil se expandiram prestando um serviço pobre para pobres, consequentemente os profissionais envolvidos nesse cenário ficam a desejar em formação e qualificação.

Desse modo, consideramos relevante a atuação do projeto porque contribui de forma significativa com a formação do/a professor/a para trabalhar no PETI, desenvolvendo-lhe habilidades e competências para atuar de forma pedagógica e educativa junto às crianças e adolescentes possibilitando-lhes a construção/formação de sua cidadania. Assim acredita-se que este espaço além de atender uma necessidade social pode contribuir na formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

Assim, o projeto tem como objetivo geral construir conhecimentos que sirvam de caminhos para ações socioeducativas no PETI e capacitar os/as professores/as do PETI em áreas específicas de atuação: pedagógica, educativa e social. O trabalho visa ainda:

* Introduzir no trabalho diário dos/as professores/as o uso de metodologias e recursos didáticos adequados ao PETI
* Demonstrar aos professores e professoras a necessidade de realizar uma prática socioeducativa no PETI;
* Trabalhar pela inserção de uma epistemologia da prática educativa que possa ultrapassar as fronteiras da instituição e contemplar novos espaços;
* Desenvolver uma prática educativa com crianças e adolescentes do PETI.

Tendo em vista os objetivos propostos, o projeto se dispôs a realizar: oficinas - que estão sendo ministradas com o objetivo de desenvolver atividades práticas relacionadas aos assuntos tratados; dinâmicas de grupo - que são utilizadas para trabalhar os aspectos emocionais e as dificuldades pessoais dos/as professores/as e os alunos e produção de documentários para que possamos apresentá-lo na própria instituição para analisarmos os resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Para fundamentarmos todo o trabalho, recorremos a autores como Baleeiro (1999), Dantas (1992), Garcia 2004), Dimenstein (2002), Freire (1996) entre outros que estão contribuindo com suas concepções para a realização deste trabalho.

**Um Olhar sobre o PETI: Caracterizando a Instituição**

Como já foi dito o campo escolhido para a realização do projeto foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil situado na Rua Pedro Augusto de Almeida N° 800, no centro do município de Bananeiras – PB. A localização é maravilhosa, haja vista, ser de fácil acesso para todos os participantes.

A Instituição atualmente atende a uma clientela de 200 alunos (crianças e jovens numa faixa etária de 8 a 15 anos) distribuídos nos turnos: matutino e vespertino.

A instituição conta com uma gestora, quatro auxiliares de serviço, duas cozinheiras, dois vigias e vinte e seis monitores das mais variadas áreas: reforço escolar, artes, flauta, teclado, violão, percussão, capoeira e esporte.

O PETI – Bananeiras, funciona em uma antiga escola pública estadual. É um prédio de arquitetura antiga, evidentemente isso já diz muito de sua estrutura física: muitos corredores, salas amplas, largas janelas que possibilitam uma excelente luz e ventilação natural, um pátio coberto e uma quantidade razoável de banheiros, sem falar da área externa que é grande. No entanto, vale salientar a falta de zelo e manutenção com essa estrutura. A mesma se encontra bastante comprometida: madeiramento da cobertura bem velho, cheio de cupim e muitas telhas quebradas causando verdadeira inundação no período de chuvas, algumas portas e janelas danificadas, uma pintura desbotada pelo tempo, paredes com rachaduras e rebocos caídos e para melhorar a aparência o mato que adentra nos corredores.

Sendo assim, o ambiente físico da instituição é organizado de acordo com as oficinas oferecidas, são seis salas para aulas, uma sala para jogos, uma sala para leitura, uma sala para música e uma sala para artes manuais. Os banheiros são em quantidade de cinco – sendo um banheiro pra funcionários e quatro banheiros para aluno. Os monitores dispõem de uma sala e a diretoria também de outra sala.

A Instituição possui uma proposta pedagógica que é renovada a cada ano e planeja suas atividades com os monitores quinzenalmente. As atividades são organizadas em momentos de sala e momentos de oficina, com horários marcados para que aconteça cada coisa.

É importante destacar que oito monitores possuem formação em nível superior e seis na modalidade normal – nível médio. Isso indica que a formação acadêmica dos monitores de sala não se encontra tão fragilizada. O que não explica os motivos de trabalharem em alguns momentos com atividades tão distantes da realidade dos alunos e de forma tão tradicional que não estimulam o desenvolvimento e aprendizagem da criança e ainda proporciona repulsa a temáticas que serão posteriormente trabalhadas na escola.

. No próprio momento da sala de aula, que deveria ser realmente um reforço escolar não o é, o que acontece, são aulas enfadonhas e cansativas, quadro cheio de atividades apenas para as crianças copiarem. As crianças freqüentam a escola e necessitam de orientação nas atividades, pois muitos apresentam sérias dificuldades no domínio da linguagem oral e escrita, como também em cálculos matemáticos.

Outro ponto que gostaríamos de enfatizar é a relação estabelecida entre monitor-aluno, o que ocorre na maioria das vezes é a indiferença, a ausência de um gesto ou uma palavra de carinho. A amorosidade e o diálogo proposto por Paulo Freire (1996) inexiste no espaço do PETI, isso nos assusta, já que muitos estudos dizem da importância da afetividade na prática educativa. Sem esse afeto e sem estímulo não há produção nem rendimento satisfatório de aprendizagem. O gosto, a alegria, o prazer e o sentido pelo ato de aprender ficam altamente comprometidos.

**Breve Esboço Histórico sobre a infância no Brasil**

A história da infância no Brasil e no mundo não é digna de ser contada, mas necessária de ser conhecida para uma melhor compreensão de sua realidade hoje.

Tratando-se do Brasil, esse é o país que mais tem dívida com os seus cidadãos pequenos, apesar da Constituição Federal de 1988 e do ECA outorgarem e assegurarem com absoluta prioridade a proteção integral à criança e o adolescente em todas as formas de atendimento e socorros, na formulação e execução das políticas públicas e destinação privilegiada dos recursos nas áreas relacionadas com a proteção e desenvolvimento sadio.

No entanto, em pleno século XXI, e mais de uma década da promulgação dessas leis as crianças brasileiras continuam excluídas, perseguidas, esteriotipadas e impedidas de exercer sua cidadania.

A fragilidade em que se encontra a infância brasileira indica alguns fenômenos ainda não superados por nossa sociedade, o trabalho infantil é um destes fenômenos e revela que, não basta a existência de uma lei, quando esta é apenas garantida nos papéis (Dimenstein, 2002).

A constituição brasileira determina claramente que é inconstitucional o trabalho de crianças com menos de 16 anos. Mas os últimos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) mostram que de 2007 para 2008 houve no Brasil uma redução de apenas 0,7 ponto percentual no número de trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade, o que representa ainda um contigente de 4,5 milhões de pessoas vítimas de exploração. O Nordeste segue o líder no ranking de trabalho infantil, com 1,7 milhão (12,3%) de crianças e adolescentes. Infelizmente as causas do problema ainda são: pobreza, má distribuição de renda e a falta de um sistema de educação mais abrangente e que inclua as crianças de famílias mais pobres (IBGE, 2009).

Além disso, a demanda do mercado por mão-de-obra barata contribui para atrair essas crianças que, na maioria das vezes, estão complementando a renda familiar. Seja nas carvoarias, pedreiras, colheita de sisal, corte de cana-de-açúcar ou nos centros urbanos empregados no setor informal: vendendo frutas, chicletes e flores nos semáforos, guardando carros, atuando como engraxates, catando papelão etc. Essas crianças são expostas a trabalhos pesados, sacrificantes e insalubres. Dessa forma, arriscam suas próprias vidas, sem falar na infância e na dignidade perdida.

Portanto, parece-nos que é chegada a hora de substituir a cultura da exploração pela cultura da cidadania e da inclusão social. Assim, para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo nas diferentes áreas do conhecimento. A insuficiência de informação reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aquele que não tem acesso ao ensino, à informação e às diversas expressões da cultura latu sensu são, justamente, os mais marginalizados e excluídos (Bazílio, 2006)

Sendo assim, a inclusão social se apresenta como um processo de atitudes afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir, no contexto social mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizados historicamente ou em conseqüência das radicais mudanças políticas, econômicas ou tecnológicas da atualidade.

Nessa perspectiva, afirmamos que a luta por estabelecer firmemente, na consciência dos indivíduos e dos povos, o compromisso com a promoção da cidadania e da inclusão social, passa obrigatoriamente pela educação e consequentemente por professores/as empenhados/as em construir caminhos nessa direção.

Desse modo, consideramos relevante o conhecimento por parte dos/as professores/as de aspectos relativos à promoção da cidadania, inclusão social e educação de crianças e adolescentes oriundos das classes sociais menos favorecidas dessa sociedade. Pois sabemos que não existe uma prática pedagógica neutra, historicamente todo ensino tem sido uma tarefa na qual o/a professor/a, consciente ou inconscientemente, tomou partido claramente por uns e outros valores, procurando inculcá-los nos demais. Isto é assim porque educar não se restringe nunca à mera informação. Educar é também transmitir convicções, esperanças, afetos, desilusões e compromissos (Freire, 1996). Em última análise, na origem de qualquer processo educativo, existem perguntas básicas que não podem ser eludidas: Que tipo de sociedade e de pessoa devo defender e transmitir? ou Que sistema educacional se ajusta mais a esta opção? E, logicamente, essas perguntas não são exclusivamente teóricas, estão unidas a uma prática e estão dirigidas tanto aos indivíduos como as instituições.

Nesse sentido, constatamos que à medida que se apropriam dos conhecimentos teóricos, os/as professores/as tendem a inserir mudanças em suas práticas cotidianas, o que os ajuda a mediar às relações do saber fazer e a formar o sujeito cidadão.

Sabemos que a promoção da cidadania, da inclusão social e do sujeito de direito se dá no cotidiano. Afeta, profundamente, a vida de cada um de nós e de cada grupo social. Por isso deve e tem de ser vivenciada no dia-a-dia, em atitudes e comportamentos que transformem nossa maneira de pensar, de sentir, de agir e de viver. Trata-se de uma tarefa imensa, mas acreditamos na construção coletiva, na indignação ética e no dinamismo emergente de uma cidadania ativa e comprometida (Benevides, 1991).

Sob esse ângulo, consideramos fundamental que os/as professores/as do PETI se aproximem e se apropriem dessas reflexões para que desenvolva em suas práticas uma verdadeira emancipação humana. Se sonhamos demais é porque concordamos com Rubem Alves (1992), quando diz: “Foi assim que se construiu a ciência: não pela prudência dos que marcham, mas pela ousadia dos que sonham”. Portanto, este é o nosso desafio!

**Trilhando caminhos: Andamentos do Projeto de Extensão**

Ao iniciarmos as atividades do projeto, dividimos o nosso tempo em três momentos: oficinas com o grupo (coordenação, vice coordenação, bolsista e colaboradoras do projeto), intervenção com os monitores e oficina com os alunos, os quais serão detalhados a seguir:

**Oficina com o Grupo**

O grupo do referido projeto de extensão constitui-se de sete pessoas (coordenação, vice coordenação, uma bolsista e quatro colaboradoras) que se reúnem enquanto grupo semanalmente, para realizar o planejamento, para dialogar sobre como tem sido a prática na instituição e assim relacioná-la com a teoria. Nesse sentido, Vasconcellos afirma que “O saber deixa de ser considerado como propriedade de ‘especialistas’, passando-se a valorizar a construção, a participação, o diálogo, o poder coletivo local, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática de mudança” (2002, p.31). Isso implica dizer que o planejamento é feito por quem entende e vai viver a realidade ao qual ele será aplicado.

Então, iniciamos nossas reuniões compartilhando como tem sido as vivências na instituição, a partir disso começamos a estudar temas pertinentes para a elaboração das oficinas com os professores. Nessas oficinas tratamos de temas como afetividade, auto-estima e motivação. A realização das oficinas com monitores e alunos propiciam a possibilidade de não só aprender conhecimentos relevantes para o exercício de sua ação junto às crianças e adolescentes, como também refletir sobre a importância de suas atitudes, postura e prática, já que estas refletem diretamente na qualidade do trabalho realizado e evidentemente anunciam se a sua dimensão diz de uma proposta assistencialista e compensatória ou de uma proposta socioeducativa e emancipatória.

Posterior a realização das oficinas com os monitores passamos a preparar oficinas para as crianças, nela trabalhamos temas propostos pela instituição. Realizamos oficinas sobre o folclore, sobre a independência do nosso país, sobre contação de histórias, origamis, brincadeiras e outras consideradas essências a prática cotidiana de um espaço educativo que lida com crianças.

Paralelo as oficinas, dividimos o tempo para estudo e aprofundamento de muitas temáticas que consideramos pertinente no contexto do PETI. Cada integrante do grupo está colhendo dados para realizar um estudo de investigação científica, com isso pretendemos realizar algumas pesquisas relacionadas à formação de professores, a brincadeira no PETI, a prática pedagógica dos monitores, infância e direitos humanos e motivação no ato de ensinar e aprender. Nosso desejo é contribuir para a superação da dicotomia teoria e prática, no sentido de que todos os envolvidos com e no trabalho do PETI possam encontrar razões para a realização de um trabalho socioeducativo.

**Oficina com os monitores**

Na primeira oficina realizada com os monitores, tratamos de um tema bastante instigante para todos/as nós: Relações humana e auto estima. Sentimos a necessidade de sensibilizar os monitores para a importância de uma imagem positiva de si mesmo/a e consequentemente dos/as que o/a rodeiam. A auto estima no ser humano se torna indispensável para que suas ações no dia a dia sejam mais seguras e produtivas.

Ao ministrar esta oficina obtivemos um maior contato com os professores, o que nos permitiu uma maior facilidade para realizarmos a proposta do projeto. Posterior a esta, propomos a oficina Relações humanas e afetividade, haja vista que a condição de se sentir um ser humano amado, dono de si, torna-se fator determinante para que haja uma melhor relação no convívio externo. O convívio das relações humanas com a auto estima, afetividade e motivação se tornam essenciais para que de fato se efetive uma prática educacional prazerosa, é justamente com este objetivo que buscamos realizar estas oficinas com os professores, para que mediante dinâmicas de grupos, e momentos de conversa, pudesse ser aberto um espaço para intervirmos na prática pedagógica que ainda se encontra tão fragilizada.

**Oficina com as crianças**

Aliado a oficina dos monitores, buscamos participar das atividades cotidianas da instituição presenciando assim momentos na relação da sala de aula. Durante esse período de observação da sala de aula, buscamos sempre auxiliar o monitor no que fosse necessário, bem como levando novas atividades que pudessem mudar um pouco a rotina da sala de aula. Refletimos sobre o tema violência dentro da sociedade vigente, propondo uma atividade ilustrativa onde as crianças pudessem expressar o que entendem por violência e paz, contamos a história de Pinóquio, salientando principalmente a questão da mentira como algo que machuca as pessoas.

Envolvemos também as crianças em um assunto de extrema relevância: a importância de frequentar a escola, dando ênfase à perspectiva de mudança que o conhecimento proporciona a quem estuda. Contamos histórias e pedimos que fossem reescritas com as mudanças que as crianças achassem necessárias a sua vida. Trabalhamos com dinâmicas de amizade e interação, ate que iniciamos a fase de elaborar oficinas propriamente ditas. Após um planejamento com a equipe pedagógica da instituição escolhemos temas pertinentes a realidade vivenciada pela instituição para trabalharmos na sala. Planejamos iniciar todas as oficinas com dinâmicas de grupo com o intuito de possibilitar a construção de laços afetivos entre as crianças e o nosso grupo. Wallon apud Dantas (1992) introduz a noção de desenvolvimento afetivo, nas quais afeto e cognição se integram. O desenvolvimento da afetividade esta sujeito as aquisições alcançadas no plano da inteligência e vice-versa, ou seja um relação afetiva entre professor e aluno permite que o processo de aquisição do conhecimento seja mais produtivo.

A primeira oficina com as crianças teve como tema O Folclore: Conhecendo essa imensidão de saberes, dividimos em etapas para que fosse possível dar conta dos saberes que incluem essa palavra Folclore, Garcia (2004, p. 83) cita que o folclore é *entendido como cultura popular, forma de saber e processo intelectual de criação ou renovação de valores*, reiterando assim o que foi dito anteriormente, ao falar na diversidade saberes que incluem esse tema.

Na mediação dessa temática iniciamos falando da história dos principais personagens do folclore brasileiro a nível nacional e regional, e em seguida pedimos que fossem feitos desenhos sobre o personagem que cada criança gostou, distribuímos diversos tipos de materiais e pedimos que fosse confeccionado um quadro para expor na semana folclórica da instituição. Refletimos sobre o conceito de folclore e a infinidade de conhecimentos populares que estão incluso neste termo, apresentando exemplos que partiram do nível regional para o nacional. A outra etapa da oficina constituiu a elaboração de paródias com as crianças que refletiram em suas produções, diversos temas, como preservação da natureza, importância do ato de estudar entre outros. Durante todo o percurso da oficina buscamos levantar a auto estima das crianças, geralmente a maioria não acredita ser capaz de produzir em termos de escrita e de produção artística sempre se colocando como um ser social inferior que não possui capacidade para realizar determinadas tarefas, e foi nesse momento que a afetividade se tornou essencial para que pudéssemos estimular essas crianças, e fazê-las acreditar na sua capacidade.

Outra oficina realizada com as crianças foi sobre a independência do país, intitulada: Que país temos? Que país sonhamos? Buscamos apresentar um do pouco da realidade que norteia o nosso país, bem como explorar até que ponto o Brasil realmente é um país independente. Iniciamos com a dinâmica de grupo, em seguida trabalhamos o hino nacional brasileiro, comparando o que é exposto no hino e o que realmente temos. Trabalhamos também com a música “Que país é esse” de Legião Urbana, através da música foi visto a realidade que cerca o nosso país. Ao término fizemos uma produção artística sobre essa diferenciação do país que temos e do país que sonhamos.

**Conclusão**

Na realização deste trabalho é possível observarmos o quanto é gratificante está presente de forma ativa em um ambiente como o PETI. Apesar das dificuldades que norteiam o nosso trabalho, sempre encontramos forças para enfrentar estes desafios e dar o melhor de nós, já que a própria instituição carece dessa dedicação. Toda pesquisa e estudo que está sendo realizado é de grande valia para nós enquanto grupo, pois a carga de conhecimento que adquirimos na interação nesse meio sem dúvida é imensa. Buscar proporcionar atividades que possam servir para capacitação dos monitores é indispensável e gratificante, porque estamos contribuindo para uma prática cotidiana diferenciada que realmente atinja os objetivos da proposta de erradicação do trabalho infantil, onde realmente se construa caminhos socieducativos, é dessa forma que avaliamos nossa trabalho, como uma semente que está sendo plantada e cuidada para que possa trazer bons frutos posteriormente.

**Referências**

BAZÍLIO, Luiz C. e KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa.** São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília. 18/09/2009.

DANTAS, Heloisa. **A** **afetividade e a construção do sujeito na Psicogenética de Wallon:** discussão. São Paulo: Summus, 1992.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel:** a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz & Terra, 1996.

GARCIA, Aldemir Luiz. A identidade capixaba em questão: uma análise psicossocial. **Psicol. Soc.**,  Porto Alegre,  v. 16,  n. 3, Dec.  2004 .   Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S010271822004000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em  14  Set.  2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.São Paulo: Libertad, 2002.